

**Tabela 08 - Normas estaduais de Santa Catarina com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, a descrição do respectivo assunto normatizado e a abrangência territorial.**

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Crédito	Resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nº 07/2011/SAR/Cederural	Altera e revoga a Resolução nº 009/2008/SAR/Cederural, que dispõe sobre os Programas de Fomento à Produção Agropecuária, de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, Saneamento Rural e Florestal Catarinense.	Considera-se pescador artesanal aquele que exerce de forma autônoma ou em regime de parceria a atividade de pesca como principal fonte de renda, e que se enquadre nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Considera-se aqüicultor a pessoa física que se dedica à criação ou multiplicação de animais ou vegetal aquáticos, em ambientes naturais ou artificiais, e que se enquadre nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.	Estadual
		Altera e revoga a Resolução nº 009/2008/SAR/Cederural, que dispõe sobre os Programas de Fomento à Produção Agropecuária, de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, Saneamento Rural e Florestal Catarinense.	O Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – FDR é um instrumento de política agrícola estadual, que apoia o desenvolvimento regional. Os valores do FDR serão liberados através dos Programas de Fomento à Produção Agropecuária, de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, Saneamento Rural e Florestal Catarinense.	Estadual
		Altera e revoga a Resolução nº 009/2008/SAR/Cederural, que dispõe sobre os Programas de Fomento à Produção Agropecuária, de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, Saneamento Rural e Florestal Catarinense.	São beneficiários do Programa de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura e Programa de Saneamento Rural: os pescadores artesanais e aqüicultores, suas associações, colônias e cooperativas.	Estadual

(continua)

**Tabela 08** (conclusão)

<b>Categoria</b>	<b>Ato Normativo</b>	<b>Ementa</b>	<b>Assunto</b>	<b>Abrangência</b>
Sanidade	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 17/SAR, de 28 de outubro de 2010.	Regulamenta o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado de Santa Catarina que será executado de acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado de Santa Catarina.	Aos médicos veterinários habilitados para o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal compete: inspecionar e reinspecionar os animais de abate, o pescado, o leite, o ovo, o mel, a cera de abelha e seus subprodutos comestíveis e não-comestíveis.	Estadual
	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 013/97/GABS/DAS, de 08 de julho de 1997.	Execução do Sistema Estadual de Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal.	Entende-se por elaboração em pequena escala, de produtos artesanais comestíveis de origem animal, o processo utilizado na sua fabricação no qual são agregadas substâncias ou características peculiares de natureza tradicional, cultural ou regional. Os limites máximos da produção anual em pequena escala, por estabelecimento processador, para os efeitos desta Portaria, serão observados de acordo com o volume da matéria-prima utilizada: peixes, crustáceos e moluscos: a) 20 toneladas por produtor e b) para grupo, associação ou cooperativa de produtores, o volume máximo da matéria-prima utilizada corresponde ao somatório do volume por produtor, desde que não exceda a cinco vezes o limite definido por produtor.	Estadual
			Estabelece as condições necessárias para a elaboração e comercialização, em pequena escala, de produtos artesanais comestíveis de origem animal em Santa Catarina.	Estadual